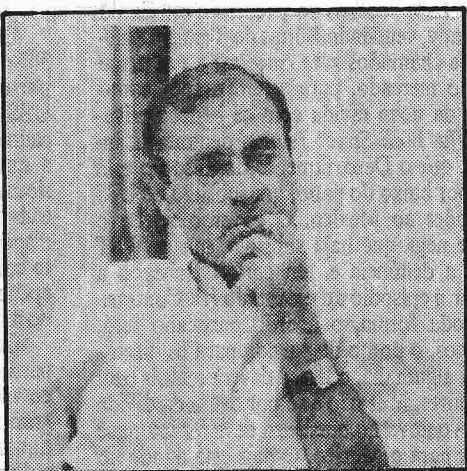


As empresas têm margem de lucro suficiente para arcar com o custo do combate à inflação

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN



Os preços devem ser liberados a curto prazo, mas sem abuso do poder econômico

CÉSAR MAIA

Sugestões para ajudar o país a sair da crise

JORNAL DO BRASIL — Gostaríamos que os senhores tentassem explicar aos leitores qual é o plano de estabilização possível a ser colocado em prática pelo próximo governo. Evidentemente as medidas não foram anunciadas, mas é possível fazer algumas conjecturas. Será possível derrubar rapidamente a inflação? Será possível fazer isto sem congelamento? Como será possível equilibrar receita e despesas?

Mário Henrique Simonsen — Não sei o que o governo pretende fazer ou deixar de fazer. Na área fiscal, o governo tem alguma margem de manobra. Mas já neste mês de fevereiro a receita não é suficiente para pagar o pessoal. Então problemas na área orçamentária são visíveis. O governo tem algum espaço para melhorar a arrecadação se, por exemplo, aplicar uma lei de sonegação fiscal, assustar os sonegadores, mas os reflexos disso não são imediatos. Levam algum tempo. Isto é um trabalho que leva pelo menos um ano para dar realmente efeitos. Evidentemente, o governo pode dar um tarifaço (aumentar rapidamente as tarifas públicas) mas isso pode dar mais ou menos 1,5% do PIB de economia. Há também uma pequena margem de economia que pode ser feita com o corte de subsídios e incentivos. Há muitos incentivos cujo corte está sendo proposto, mas é inconstitucional. Não se pode acabar com incentivos concedidos por prazo determinado porque ele é considerado direito adquirido. Além de tentar equilibrar receita e despesa, o governo terá que fazer uma política de rendas. Terá que corrigir preços e salários com base numa inflação prevista, e não na inflação passada, obviamente com revisões automáticas para corrigir qualquer erro cometido numa direção ou noutra. Acho que a inflação tem que ser prefixada. Se o governo perceber claramente condições de num mês a inflação ser reduzida para 40%, os reajustes seriam prefixados para 40% e neste percentual seriam corrigidos preços administrados, salários e aluguéis. Se por acaso a taxa ficar em 38%, esses 2% seriam contabilizados como antecipados para o mês seguinte. Agora, isso é um tipo de medida onde se gasta toda a munição no primeiro dia. Se é prevista uma inflação baixa e a taxa não diminui na proporção desejada, o governo estará na mesma situação em que entrou.

Para a questão da política de rendas pode se imaginar prefixações, redutores e até congelamento. Tudo pode funcionar bem num curto prazo, que pode ser de um mês ou três meses. Se esta política vai funcionar por um prazo mais longo, mantendo reduzida a taxa de inflação, vai depender da consistência da política monetária e fiscal.

JB — Em quanto tempo será razoável esperar uma redução da taxa de inflação?

Simonsen — Nós já vimos várias vezes na história recente do Brasil que a coisa mais fácil é baixar a inflação de um mês para o outro. O problema é como sustentar a inflação em baixa depois de um período prolongado.

JB — As únicas vezes em que a inflação caiu rapidamente foi usado o congelamento.

Simonsen — A diferença entre a prefixação e o congelamento é a taxa. Congelamento é prefixação em zero.

JB — E quais serão os sacrifícios e de qual parcela da população nesse combate à inflação?

Simonsen — Em princípio eu acho que as empresas estão com margem de lucro suficiente para que o combate à inflação não implique em sacrifícios para os assalariados. Não tem necessariamente que haver perdas para os assalariados de forma coletiva. De forma individual é muito difícil estabelecer a mesma garantia. A questão mais complicada é que existem alguns preços atrasados e que precisam ser corrigidos. Tem que ser feita uma correção do câmbio depois do dia 15 de março. O ideal para o governo Collor seria um entendimento com o atual governo para que todas as medidas de transição fossem feitas pelo Mailson e não pela Zélia, ou quem seja indicado.

JB — O governo terá que assumir, precisando fazer um plano para derrubar a inflação, mas tendo que antes de tudo provocar mais inflação?

Simonsen — Não é a primeira vez na história que isto acontece. Politicamente é indigesto numa primeira etapa de combate à inflação passar a se acelerar a inflação.

César Maia — Como disse o professor Simonsen, é fácil fazer a inflação baixar rapidamente. Difícil é mantê-la baixa. A inflação brasileira está crescendo por degraus. Ela cresce muito num mês e depois estabiliza por dois ou três meses. Quando ela acelera, ela corta o poder de compra do assalariado, reduz as pressões de demanda e tende a ter uma aceleração menor no mês seguinte. Se o governo entrar com um programa de estabilização muito duro e tiver sucesso a curto prazo, a atual política salarial passa a ser desfuncional. O que a política salarial deveria ter previsto desde o começo era uma espécie de corretor. Sempre que ela se acelerasse haveria uma correção para não haver perda de salário real. Mas no momento em que a inflação desacelerasse haveria um corretor para evitar o

crescimento do salário real. O governo vai ter um problema enorme em ano eleitoral. Se sua política for realmente um golpe de caratê, de deflação rápida, obrigatoriamente terá que mudar a política salarial. Difícil é fazer passar isto pelo Congresso. Na área fiscal a primeira coisa que se precisa fazer é centralizar todas as caixas do governo. Serão necessárias, para equilibrar gastos e receitas, de medidas financeiras e econômicas. As econômicas serão de resultado lento, que pode ser de seis meses a dois anos.

JB — Se o novo governo fizer um programa de ajuste austero, sério e com medidas que o senhor tem defendido, qual vai ser sua atitude como deputado?

César Maia — Se for aplicado o conjunto de um plano de estabilização como eu acho que ele precisa ser feito eu vou defender o programa. Durante a campanha eleitoral e nas últimas semanas eu tenho escrito o que penso que deve ser feito nas várias áreas. Se o governo adotar estas medidas eu vou apoiar o plano. Vou ser coerente com o que escrevi e penso.

JB — Na sua opinião qual deve ser a política de preços?

César Maia — Preços livres e a curto prazo. O governo tem que definir o que é abuso do poder econômico, saber usar esta lei, e deixar os preços livres.

Dionísio Carneiro — É possível trazer a inflação para baixo rapidamente? Nós todos vimos que é possível. Não é incompatível trazê-la para baixo e mantê-la baixa. Basta que se tenha um programa de suporte. Qualquer programa de combate à inflação vai ter um conjunto de ajustes que a gente pode chamar de básicos, muitos dos quais não vão agir sobre a inflação imediatamente. O grande drama é que ninguém consegue apontar uma medida fiscal que, sozinha, resolva o problema do governo. Terá que ser feito um programa cheio de detalhezinhos, cada um poupando zero alguma coisa do PIB. Em compensação existem vários pontos bem visíveis de agravamento da situação financeira do Estado nestes últimos anos. O aumento do consumo do governo foi de 3% do PIB somente neste governo, até 1988. Não existem prontos os dados de 89. Portanto, quando se fala de corte de gastos de 3% do PIB não se está falando de nada absurdo. Trata-se apenas de reverter ao que se gastava há cinco anos. Não tem que haver uma demissão em massa, mas certamente será necessário mudar completamente a forma de contratar e pagar ou não será possível administrar o Estado. Vai ser duro. O governo terá que não liberar verba aprovada. Não liberar e pronto. E não adianta dizer coisas vazias do tipo "não haverá aumento de imposto" porque haverá sim. O problema é que os impostos que podem aumentar por iniciativa do Executivo e no primeiro ano são injustos. São impostos indiretos, ou aumento do recolhimento na fonte.

Paul Singer — O governo Collor não será o responsável pela inflação que vai herdar. O novo governo poderá liderar a sociedade civil num processo de coordenação. Não acredito que políticas fiscal e monetária possam resolver o problema desta inflação brasileira fruto de conflito distributivo. Acho que a solução é o oposto do que disse aqui o César Maia. É preciso chamar os agentes econômicos e fazer um acordo de preços, que não se tem quase nenhum hoje, já que o CIP foi posto de lado, as câmaras setoriais têm um poder de fogo muito pequeno e a política salarial votada em junho foi totalmente ultrapassada pela inflação de 50%. Este é o momento para que o novo governo chame a CUT, a Confederação da Indústria, os comerciantes, os banqueiros e tente criar com eles uma política de preços.

JB — Na sua opinião, a CUT aceitaria participar de uma negociação com o governo Collor?

Paul Singer — A CUT, na minha opinião, participa evidentemente de uma negociação. Como se trata de arbitrar conflitos sobre a mesma renda e não há um ganhador explícito, nem perdedor, não há razão para recusar a participação. Hoje há muita confusão de preços relativos e os problemas de uma indústria são diferentes de outra. Com uma inflação tão alta é impossível estabelecer metas para redução de despesas e aumento de arrecadação. Só ficará clara a necessidade do governo de mais recursos depois que a inflação diminuir. Em São Paulo, como secretário do Planejamento, estou enfrentando este problema. O IPTU está indexado a 70% da inflação. Se a taxa continuar subindo, em breve estarei recolhendo pó, se a inflação cair, terei uma receita bem razoável. O caminho é ao contrário: é preciso fazer uma política de preços para que se consiga uma receita real.

Dionísio Carneiro — A melhor notícia dada aqui foi a de que a CUT tem disposição de negociar. Isto pode diminuir muito o custo do programa de estabilização. Se houver, por um lado, capacidade do governo de promover a negociação e, do outro, gente interessada em sentar à mesa, realmente os custos podem ser diminuídos.

César Maia — Como é possível executar na prática estes mecanismos de coordenação que você está propondo?

Paul Singer — Criando controles sociais de preços, coisa que outros países já fizeram.